

Um bom exemplo



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Journalista

O presidente da Coreia do Sul, Lee Jae Myung, visitou o Brasil semana passada. Foi recebido pelo presidente Lula, no Palácio da Alvorada, de maneira formal e recepcionado no Itamaraty com banquete de muitos talheres. Todo o evento foi cercado de mesuras e louvações ao ilustre convidado. No entanto, pouca gente percebeu a visita do asiático. Em Brasília as pessoas entenderam que alguém importante estava na cidade, porque as ruas centrais da capital foram fechadas e o trânsito ficou difícil. E um avião imenso ficou estacionado no aeroporto.

A visita do presidente da Coreia do Sul concentra diversos significados neste dramático momento da história nacional. Pressionados pelo governo dos Estados Unidos, os brasileiros buscam alternativas para manter sua economia funcionando. A solução é diversificar mercados. E a Coreia do Sul, um dos chamados tigres asiáticos, tem apetite e dinheiro suficientes para compensar em boa parte as perdas nacionais no mercado norte-americano.

O presidente coreano deixou Brasília e seguiu para São Paulo onde, ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin, participou de reunião com empresários dos dois países com objetivo de discutir a diversificação de mercados para

exportações brasileiras e cooperação nas áreas de tecnologia, energia e agronegócio. Esse encontro deu sequência ao anterior, realizado em Seul, em fevereiro de 2026, com a presença de 450 empresários brasileiros e coreanos. O Brasil tem corrente de comércio com aquele país em torno de US\$ 11 bilhões. Participa com 1% da importação de bens da Coreia. Os empresários estão convencidos de que poderão fazer esses números crescerem bastante.

A história da Coreia do Sul é recente como Estado independente, mas remonta há mais de 2 mil anos. A Península Coreana foi ocupada por diversos reinos antigos. Em 1392, foi fundada a dinastia Joseon, que governou por mais de cinco séculos. Durante esse período, consolidaram-se a administração do Estado, a influência do confucionismo e, em 1443, foi criado o alfabeto coreano pelo rei Sejong. Em 1910, o Japão anexou a Coreia, que permaneceu sob ocupação estrangeira durante 35 anos. Os coreanos sofreram, naquele período, forte repressão política e exploração econômica.

No fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Japão foi derrotado e perdeu a colônia. A península foi dividida, ao longo do paralelo 38. Ocupação soviética ao norte, e ao sul, norte-americana. Em 1948, surgiram dois Estados: Coreia do Sul (República da Coreia), capital Seul; e Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia), capital Pyongyang. Em junho de 1950, a Coreia do Norte invadiu a do Sul na tentativa de unificar a península pela força. O conflito terminou em 1953 com armistício. Tecnicamente, as duas Coreias continuam em estado de guerra.

No final do conflito, a Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo. A partir dos

anos sessenta, século passado, sob o governo de Park Chung-hee, começou o processo acelerado de industrialização baseado no investimento em educação, planejamento estatal, incentivo às exportações e apoio a grandes conglomerados industriais. Durante parte desse período, a Coreia do Sul foi governada por regimes autoritários. Na década de oitenta, grandes manifestações populares levaram à redemocratização. Em 1987, foi estabelecido o sistema democrático atual, com eleições diretas para presidente.

A Coreia do Sul é, hoje, uma das maiores economias da Ásia. É líder em semicondutores, eletrônicos, construção naval e baterias, referência em educação, inovação, pesquisa e potência cultural, graças ao fenômeno K-pop. Em pouco mais de 70 anos, o país passou de devastado pela guerra a integrante do grupo das economias mais desenvolvidas do mundo. É uma trajetória que pode inspirar lideranças no Brasil e na América Latina. O país não ficou imobilizado para chorar as mágoas. O governo decidiu que o mais importante era seu povo, numa região que não oferece recursos minerais nem vantagens comparativas. Investiu em educação e multiplicou por 20 a renda per capita em 70 anos.

O Brasil vive os pródromos da eleição presidencial, mas nenhum candidato até agora teve a preocupação de anunciar programa de governo ou de metas. O exemplo da Coreia é escandalosamente luminoso para os brasileiros. Capaz de atingir até os olhos menos sensíveis dos populistas com reduzida criatividade e golpistas que se julgam espertos. É uma possibilidade viva e alcançável. Depende menos de discursos recheados por promessas vazias e mais de planejamento, organização e trabalho. Só.



O silêncio do livro didático e a urgência de uma educação antirracista



» ANGELA MARIA XAVIER FREITAS
Escritora, professora, pesquisadora e atual coordenadora da Casa de Cultura de Gravataí (RS)

Descolonizar o currículo escolar não é apenas uma escolha pedagógica; é dever ético urgente com a história do nosso país. O fazer educativo se consolida no encontro e na escuta, territórios onde fomos historicamente ensinados a silenciar vozes marginalizadas. Atuando como mediador, o professor promove um diálogo horizontal que transforma a sala de aula em um espaço de construção conjunta do conhecimento e transformação social.

Foi justamente nas salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos anos 2000, que minha trajetória como educadora — e também como mulher negra — sofreu uma reviravolta definitiva, provocada pelo questionamento contínuo de uma aluna negra sobre a verdadeira saga dos lanceiros negros. Os lanceiros negros, formados majoritariamente por escravizados que buscavam a emancipação, lutaram unicamente pela liberdade, motivados por uma promessa de alforria feita pelas lideranças republicanas.

No entanto, essa promessa foi cruelmente descumprida na madrugada de 14 de novembro de 1844, em virtude de uma traição deliberada por parte de alguns líderes farroupilhas, que desarmaram o corpo de lanceiros no infame episódio do Massacre de Porongos. A estudante

trouxo para o debate a oralidade herdada de seu avô, contrapondo-se ao apagamento sistemático promovido pelos manuais tradicionais. Esse episódio escancarou o racismo estrutural que ainda dita o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido no ensino fundamental. O incômodo diante desse silêncio institucional me impulsionou a buscar especializações acadêmicas, pois ficou nítido que rebater a narrativa eurocêntrica exige fundamentação teórica sólida e coragem para desafiar o status quo.

Ainda impactada pelo apagamento promovido pelos livros didáticos, decidi utilizar o teatro como estratégia para abordar o tema com turmas dos anos iniciais. Através da esquete *Lanceiros Negros*, os estudantes puderam encenar e compreender o verdadeiro protagonismo desses guerreiros na Guerra dos Farrapos (1835-1845). As crianças levaram essas reflexões sobre justiça e liberdade para além dos muros da instituição. Pais e responsáveis participaram ativamente ao ouvirem relatos e questionamentos. Esse diálogo fortaleceu a identidade cultural e a consciência social dentro dos lares. Essa transposição prática provou que o letramento racial transforma a teoria em impacto social direto, tocando a sensibilidade em prol da consciência dos alunos.

A culminância desse processo se materializou na transição dos palcos para as páginas, com a publicação de literatura infantil antirracista. Nascia a obra *O lanceirinho negro*, pensada justamente para preencher a lacuna de representatividade na infância, humanizando, dignificando e transformando em heróis figuras que a história oficial tentou reduzir a meros figurantes. Em 2021, o projeto foi premiado por

um edital cultural de fomento, o que viabilizou publicação física e distribuição gratuita nas escolas públicas de Porto Alegre e arredores. Vieram desdobramentos. A obra foi adaptada com sucesso para o teatro e surgiu uma obra irmã, intitulada *A lanceirinha*, que alcançou consagração ao ser indicada como finalista do prestigiado Prêmio Açorianos de 2025.

Tudo isso evidencia que a literatura representa uma importante ferramenta na busca por ancestralidade e pertencimento. Ao se enxergarem nos papéis de heróis e heroínas, crianças negras ressignificam a própria identidade dentro do ambiente escolar, enquanto estudantes não negros desenvolvem uma reflexão crítica indispensável para o desmantelamento de preconceitos históricos. Essa intervenção literária e artística rompe com a barreira da colonialidade do saber, descentralizando a narrativa oficial eurocêntrica e fincando, no solo pedagógico, a urgência de uma memória coletiva plural, justa e verdadeiramente representativa.

A escuta ativa na educação, sob a ótica freiriana, constitui um ato político e amoroso que valida a bagagem cultural dos alunos. Atuando como mediador, o professor promove um diálogo horizontal que transforma a sala de aula em um espaço de construção conjunta do conhecimento e transformação social. Na perspectiva de Paulo Freire, a escuta autêntica e humanizadora é inseparável de uma educação antirracista. Essa trajetória reafirma que a transformação social e o combate ao racismo começam na observação atenta em sala de aula, ganham corpo na pesquisa acadêmica e se materializam na devolução de novas narrativas literárias e artísticas para a comunidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

[Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

Eleições e a borracha do esquecimento

Não seria minimamente razoável, e até contra os mais elementares princípios da ética, entrarmos num processo eleitoral amplo e polarizado, como se anuncia, sem antes resolvermos os maiores e mais escandalosos casos de corrupção já vistos neste país. Eleições não têm o condão de passar uma borracha sobre os casos rumorosos recentes do Banco Master/BRB, dos descontos indevidos em benefícios do INSS, dos desvios em emendas parlamentares, sobre o comércio de decisões judiciais, as fraudes em licitações públicas, a corrupção na Receita Federal, a lavagem de dinheiro envolvendo apostas esportivas, o caso dos fundos de previdência estaduais, as operações da CGU e da Polícia Federal e, ainda, sobre o sumiço das imagens da quebradeira de 8 de Janeiro, o caso Taya-yá e outros que se perderam na poeira do esquecimento somados os que ainda não vieram à tona.

Os nomes estão todos aí, prontos para disputar novas posições políticas. A questão que se coloca é simples. Uma democracia madura não pode transformar cada eleição numa espécie de anistia moral dos escândalos que a antecederam. O voto popular escolhe governantes. Não absolve investigados, não arquivia inquéritos, não encerra auditorias nem substitui o trabalho da Justiça e dos órgãos de controle. É bom lembrar que, quando uma campanha eleitoral ocupa completamente o espaço público, existe sempre o risco de que fatos gravíssimos desapareçam do noticiário antes mesmo de serem plenamente esclarecidos.

A história republicana brasileira oferece inúmeros exemplos dessa dinâmica, como várias CPIs em que o resultado é uma sucessão de episódios que jamais receberam resposta definitiva perante a sociedade. Em muitos casos, houve investigações, denúncias e processos. Em outros, houve condenações. Em diversos, contudo, permaneceram dúvidas que jamais foram satisfatoriamente esclarecidas para a opinião pública. Esse processo produz um efeito devastador sobre a confiança nas instituições. Não é apenas a corrupção que desgasta uma democracia. A percepção de impunidade causa dano semelhante. O cidadão comum passa a acreditar que determinados fatos simplesmente desaparecem com o tempo, enquanto novas promessas ocupam o espaço dos antigos compromissos nunca cumpridos.

Em muitos episódios de corrupção trazidos à tona, ainda há investigações em andamento, pessoas denunciadas que aguardam julgamento e fatos que permanecem sendo apurados. Essa circunstância exige prudência nas conclusões, mas também exige que o interesse público não desapareça antes das respostas. O mesmo vale para episódios políticos que continuam cercados de controvérsias. No silêncio institucional, a democracia não é fortalecida, ao contrário, a desconfiança cresce e alimenta versões conflitantes que acabam dividindo ainda mais a sociedade. Cada administração deveria ter a obrigação de concluir investigações iniciadas anteriormente, sem distinção de partido ou de orientação ideológica. Da mesma forma, futuros governos deverão responder pela condução dos casos surgidos durante os próprios mandatos.

Nenhum projeto nacional consistente poderá prosperar enquanto parte significativa da sociedade acreditar que existem diferentes padrões de responsabilização conforme a posição política, econômica ou institucional dos envolvidos. A lei somente cumpre sua função quando alcança todos com o mesmo rigor, preservando o devido processo legal e a ampla defesa. O país aproxima-se de mais um processo eleitoral em um ambiente marcado por forte polarização política. Justamente por isso, talvez seja ainda mais importante separar disputa eleitoral de apuração institucional. Somente assim, as eleições deixarão de representar um ponto final artificial sobre crises ainda abertas e passarão a cumprir sua verdadeira função: renovar governos sem apagar a memória da República.

A frase que foi pronunciada:

“Uma nação pode sobreviver aos seus tolos, e até mesmo aos ambiciosos. Mas não pode sobreviver à traição interna. Um inimigo às portas é menos temível, pois é conhecido e ostenta sua bandeira abertamente. Mas o traidor circula livremente entre os que estão dentro dos portões, seus sussurros astutos ecoando por todos os becos, ouvidos nos próprios corredores do governo.”

Marco Túlio Cícero

História de Brasília

Um italiano residente no Brasil, por exemplo, será impedido pela Fifa de integrar a Seleção Brasileira, mesmo que os brasileiros desejem a sua presença na equipe. Só o poderá fazer se, previamente, obtiver a cidadania brasileira. Da mesma forma, um brasileiro não poderá jogar pela Itália a não ser que se naturalize italiano. (Publicada em 25/5/1962)